



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 055/2013

ANEXO II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL



I – INTRODUÇÃO

Os trabalhos e análises destinados à preparação dos documentos antecedentes e indispensáveis à abertura do certame para a implantação, operação e manutenção das Unidades de Atendimento Integrado – UAI indicaram a ausência de necessidade de licenciamento ambiental prévio (previsto no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 11.079/2004 somente nas hipóteses em que o objeto do contrato de parceria público-privada o exigir).

Diversas constatações justificam esse posicionamento. Elas serão descritas nesse anexo, tendo em vista proporcionar uma visão clara das opções realizadas pela Administração no que toca aos aspectos ambientais deste certame.

Ainda que se reconheça a desnecessidade ou mesmo impossibilidade (conforme será demonstrado) do licenciamento ambiental prévio, tem-se que alguns cuidados com o meio ambiente são recomendáveis quando da implantação das UAI, podendo, em alguns casos, redundar na efetiva necessidade de licenciamento posterior, a ser empreendido pela CONCESSIONÁRIA, fato que justifica com maior vigor as recomendações contidas no presente documento. Espera-se, com isso, atestar a constante preocupação do Governo do Estado de Minas Gerais em assegurar que os projetos e empreendimentos por ele patrocinados encontram-se em consonância com os ditames de proteção ambiental vigentes.

II – CONTEXTUALIZAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

No Estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa n.º 74, de 09 de setembro de 2004, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ou de licenciamento ambiental no âmbito estadual.

Conforme se depreende da análise do citado ato normativo, a implantação, operação e gestão das Unidades de Atendimento Integrado – UAI não se enquadra em nenhuma das classes sujeitas à autorização de funcionamento ou ao licenciamento ambiental concedidos pelos órgãos ambientais estaduais.

Note-se que, ainda que o empreendimento representado pelas UAI fosse enquadrável em qualquer das classes de potencial poluidor (fato que não se constata), dificilmente o licenciamento ambiental prévio poderia ser empreendido, tendo em vista que a localização dos postos, bem como seu dimensionamento e estrutura final somente serão conhecidos após a escolha do concorrente vencedor.

Com efeito, caberá à CONCESSIONÁRIA, observados os padrões mínimos de localização, estrutura e funcionamento contidos no ANEXO IV do EDITAL (sem prejuízo da anuência do PODER CONCEDENTE), realizar a escolha do local de instalação, podendo optar, dentre outras questões:



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 055/2013

- (i) pela escolha de localidade que não sofra qualquer limitação de índole ambiental;
- (ii) pelo aluguel de edifício já existente no Município, empreendendo apenas a reforma para sua utilização;
- (iii) pela construção de novo edifício;
- (iv) pela definição do número de funcionários que atenda às funcionalidades mínimas dos serviços.

As possibilidades são inúmeras e dependerão da capacidade da CONCESSIONÁRIA de apresentar soluções eficientes para a concretização do objeto contratual. Trata-se de um importante postulado das concessões de serviço: o oferecimento de uma ampla liberdade de conformação da atividade delegada, desde que observados os parâmetros mínimos de atuação impostos pelo Poder Público.

Vê-se, assim, que o licenciamento ambiental prévio seria de qualquer modo inviável, justamente pelas indeterminações a respeito da conformação final dos empreendimentos.

Diante destas circunstâncias, a despeito da grande probabilidade de que nenhuma das UAI necessite de qualquer forma de autorização ou licenciamento ambiental, indica-se à CONCESSIONÁRIA que, previamente à instalação do empreendimento em cada Município, proceda ao preenchimento e entrega no órgão ambiental competente do Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCEI, previsto na DN nº 74/2004, ou documento municipal declaratório equivalente, contendo a descrição e características do empreendimento.

Por meio da declaração, o órgão competente poderá confirmar a ausência de potencial poluidor do empreendimento, dispensando-o de qualquer autorização ou licença, ou, diante de circunstâncias especiais como a de Betim, solicitar o envio de novos documentos ou informações necessários a um eventual licenciamento.

No mais, a entrega dos documentos declaratórios permitirá que os órgãos ambientais avaliem, a depender da localização escolhida para as UAI, a relação dos empreendimentos com eventuais áreas caracterizadas como de reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

Eventuais determinações ambientais oriundas dos Municípios onde serão instaladas as UAI não mencionadas neste anexo não simbolizam a assunção pelo PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilidade pela sua consecução, cabendo sua realização e observância à CONCESSIONÁRIA.